

Tema Geral - O Ensino Técnico em São Paulo

Sub-tema - A Situação do Ensino Técnico em São Paulo

- José Ruy Ribeiro -

Nos dias 5 e 12 de maio do corrente ano, reuniram-se na sala de reuniões do Exmo. Sr. Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Prof. Dr. Paulo de Tarso Santos, representantes de três Universidades Estaduais, do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", do SENAI, do SENAC, do SENAR e da Secretaria da Agricultura, para discutirem a situação do Ensino Profissionalizante no Estado de São Paulo. Dessas duas reuniões resultaram sugestões de temas a serem discutidos, os quais já caracterizam a preocupação sobre o assunto, são eles: Pressupostos Teóricos e Filosóficos da Política da Educação Profissional; Formação de Professores; Ensino Técnico e Mercado de Trabalho; Administração do Ensino Técnico; Vinculação do Ensino Técnico; Participação da Classe Trabalhadora; Tipologias da Demanda e da Oferta; Interação com Órgãos de Classe; Alternativas do Ensino Supletivo; Formação Profissional e Desenvolvimento Tecnológico; Ensino Agrícola e Ensino Rural; Metodologia para os Cursos Noturnos; enfim, uma série significativa de assuntos, aos quais outros poderão ser acrescidos, como custo-benefício, terminalidade, etc.

Considero que um importante benefício dessa reunião foi o de acenar com a possibilidade da criação de uma "Assembléia" ou "Comissão do Ensino Técnico", formada por representantes de instituições que atuam na Formação Profissional, apresentando suas políticas, metas e ações institucionais de forma a permitir o surgimento de diretrizes para uma ação comum e intercomplementar; além dos representantes do sistema formador, uma Assembléia ou Comissão deste propósito deve ter representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e dos Sindicatos Patronais; atrevo-me, ainda, em pensar na participação de representantes das Instituições com tradição e história no Ensino Profissional Livre por correspondência. Acredito nas vantagens e nos benefícios de pelo menos uma programação específica semestral.

Falar sobre a situação do Ensino Técnico no Estado de São Paulo é falar sobre as ações que as instituições supra citadas vêm exercitando e o vem fazendo muito bem dentro de seus objetivos; o grau de eficiência e eficácia de suas ações estão em relação direta com os recursos financeiros disponíveis e o preparo de seu pessoal.

Falar sobre estas ações implica em falar sobre o pressuposto teórico e filosófico de educação profissional adotado; qual a ênfase ou a ideologia subjacente; quais os objetivos a curto, médio e longo prazo; quais as prioridades e as fontes de recurso; quais os programas e as ações de implementação; qual o grau de certeza do diagnóstico das necessidades.

A Organização Internacional do Trabalho, por suas conceituações, nos mostra a evolução que o conceito Formação Profissional teve. Assim, em 1939, o conceito era o de Adequação ao Posto de Trabalho; em 1972, era o de Formação para o Emprego; e em 1975, um conceito bastante amplo e abrangente, qual seja: "o de descobrir e desenvolver as aptidões humanas para uma vida ativa, produtiva e satisfatória, e em união com as diferentes formas de educação, melhorar as aptidões individuais para compreender individual ou coletivamente".

- relações do trabalho automatizado - estas relações correspondem a um setor de produção com alta concentração de capital; alta automação; pequeno número de postos de emprego; pouca qualificação exigida para os elementos da base, aumentando-se a exigência de qualificação para outros níveis, principalmente para os de controle de manutenção e planejamento da produção. A relação investimento/posto de trabalho torna-se maior, as tarefas de execução passam a exigir um pessoal que observe e vigie as máquinas e instrumentos automatizados, com reações adequadas a estímulos sensoriais; pessoal da manutenção e supervisão com níveis de conhecimento adequado à tecnologia da maquinaria e do processo de produção; as empresas estabelecem suas políticas de treinamento, adequadas à sua política de pessoal e de sua tecnologia.

Estes três níveis de relações de trabalho-artesanal, industrial e automatizado coexistem simultaneamente na sociedade e no sistema produtivo, com interações próprias com os sistemas sociais, econômicos, educacionais, profissionais e com reflexos na organização das ações educacionais.

Toda instituição consagrada à formação profissional deve estar atenta para todos os aspectos da comunidade em que vive e atua; sua qualidade, sua eficiência e eficácia, não são tão somente consagradas por suas condições internas, mas também pela forma com que vive com seu exterior. O crescimento das qualidades internas, separado das interações externas, tende a ser alienante, antropofágico e elitizante.

Como aspectos externos a considerar, podemos ter:

- dinâmica do mercado de trabalho na comunidade;
- vocações dos sistemas de produção da região e políticas de incentivo adotadas;

- dados demográficos; evolução e distribuição; taxas de migração e de urbanização; (Brasil - 200 milhões de habitantes no ano 2000)

- condições de ingresso das pessoas na Força de Trabalho (Dados divulgados pelo SENAC e baseados no PNAD de 76 informam que dos rapazes que procuravam seu primeiro emprego, 22% tinham de 10 a 14 anos e 52% de 15 a 19 anos; para as moças, os percentuais são de 10% e 40%; 68% dos rapazes de 10 a 14 anos, trabalhando de 40 horas semanais, no mínimo o mesmo percentual para as moças; para a faixa etária de 15 a 19 anos estes percentuais são respectivamente de 92% e 85%);

- marginalização ao sistema de ensino - (Dados estatísticos revelam que para São Paulo 17% da população de 7 a 14 anos de idade encontra-se fora do sistema obrigatório de ensino; para a faixa etária de 15 a 19 anos este percentual é de 60%; em números absolutos temos 600 mil e 1 milhão e 500 mil jovens marginalizados do sistema formal de ensino);

- conhecer e participar da política de desenvolvimento científico e tecnológico;

- conhecer as demandas sociais específicas.

Enfim uma série enorme de outros aspectos poderão ser considerados.

Esta interação com os valores e fatores operacionais externos exige uma estrutura com organização e clima institucional adequados. Assim, a instituição deve ter apoio e cultura para estabelecer as interfaces necessárias, com a agilidade e flexibilidade convenientes.

Sua autonomia de ação educativa fica intimamente ligada à prestação, solicitude e adequação com que trata as necessidades da comunidade.

Como aspectos internos podemos ter:

- autonomia nas suas propostas de ação e execução;
- quadro de pessoal adequado às suas peculiaridades;
- poder de estabelecer suas prioridades orçamentárias e executá-las;

- instalações físicas e equipamentos adequados;

- política de desenvolvimento institucional, envolvendo cursos de gestão de centros de formação profissional, cursos específicos para o pessoal administrativo; cursos de aperfeiçoamento e especialização e atualização para o pessoal docente; seminários, encontros e mesas redondas com pro-

- intercomplementaridade no ensino;
- produção de material didático, livros e equipamentos;
- integração com a comunidade sob a forma de prestação de serviços, atendimento técnico à pequena e média empresa; cursos de extensão; promoções culturais, recreativas e esportivas;
- desenvolvimento do espírito cooperativo, com ações voluntárias desenvolvidas pelos próprios servidores;

- conhecer a clientela que nos procura;
- caracterizar a clientela ingressante;
- promover em contacto com a comunidade, as adequações e mudanças curriculares;

- habilitação de professores das disciplinas técnicas.

Enfim outras ações devem ser consideradas e implementadas.

Com relação às Escolas Técnicas Estaduais que compõem o Centro "Paula Souza" podemos dizer que nossa política é a de descentralização, participação e autonomia dentro de um sistema de ensino técnico e tecnológico que busca situar-se não só como um sistema formador de recursos humanos, mas também e com bastante ênfase, como um sistema gerador e difusor de tecnologia.

Regimento Comum em fase de encaminhamento ao CEE permite situar as seguintes diretrizes:

- existência do Conselho de Escola composto pelo pessoal da Direção, representantes de professores, dos alunos, da APM, do CCE e da comunidade;

- Diretor escolhido através de lista tripartite;

- Conselho de Classe, Coordenadores de Área, Quadro de Pessoal adequado às peculiaridades da Escola, seleção de pessoal docente e administrativo desenvolvida pela Escola, orçamento próprio da Escola;

- estabelecimento de ações adequadas à comunidade.

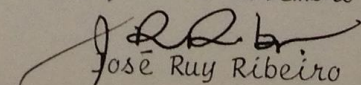
Estão sendo estudados Estatuto para o Pessoal Técnico Administrativo e Estatuto para o Magistério do Ensino Técnico e Tecnológico, incluídas as respectivas carreiras funcionais.

Os componentes curriculares são igualmente valorizados; neste sentido as atividades de educação física e educação artística estão sendo reativadas e estimuladas pela importância que as ações em grupo e a criatividade de tem num sistema de ensino que se propõe a gerar tecnologia e a formar um profissional entendido como um agente social.

Com relação às Escolas Técnicas da Rede Estadual, permito-me destacar as Escolas Agrícolas; são 32 Escolas, com cerca de 4.200 hectares, 4.700 alunos, 52 professores efetivos e 417 acetistas. Estas Escolas por suas específicas peculiaridades de ensino agropecuário, com calendário próprio, sistema de internato e hotelato e necessidades próprias da produção vegetal e animal, devem estar vinculadas a um órgão que as considere como tal; um órgão que desenvolva uma política de prestação de serviços e de assistência técnica ao pequeno e médio produtor agropecuário e que tenha a necessária autonomia, flexibilidade e vocação para trabalhar com as Escolas como eficientes e eficazes instrumentos de política do governo estadual para o setor.

Com relação às demais Escolas Técnicas da Rede Estadual reafirmo aqui o que insistentemente tenho afirmado: somos um órgão do Governo do Estado de São Paulo, com o compromisso e a lealdade funcional e pessoal de colaborar no estudo de soluções para as mudanças que se pretende introduzir; não nos anima possuir mais Escolas Técnicas, mas sim colaborar para que elas sejam tratadas como tais, com a peculiaridade de estarem voltadas para uma formação concreta de recursos humanos.

São Paulo, 09 de novembro de 1983.


José Ruy Ribeiro
Diretor Superintendente do CEETPS